

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - CAMPUS ARAPIRACA
PÓS- GRADUAÇÃO *LATO SENSO* EM DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO DOS
SERVIÇOS SOCIAIS

Dayana Patrícia Marques Santos

A POBREZA E SUAS PECULIARIDADES NO ESPAÇO RURAL DO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO

Palmeira dos Índios

2014

Dayana Patrícia Marques Santos

**A POBREZA E SUAS PECULIARIDADES NO ESPAÇO RURAL DO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – *Campus Arapiraca*, como requisito à conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Margarida Maria Silva
Santos

Palmeira dos Índios

2014

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios
Divisão de Tratamento Técnico

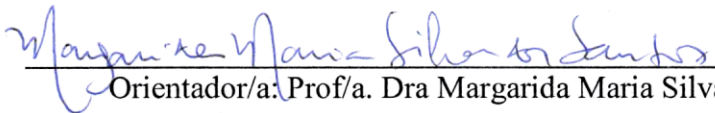
Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

S237p Santos, Dayana Patrícia Marques. A pobreza e suas peculiaridades no espaço do semiárido brasileiro/ Dayana Patrícia Marques Santos, 2014. 21 f. Orientadora: Margarida Maria Silva Santos. Monografia (Especialização em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educatonal de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014. Bibliografia: f. 20 – 21 1. Serviço social. 2. Pobreza - Brasil. 3. Política social – Classes sociais. I. Título. CDU: 316.6

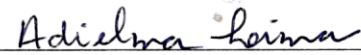
Dayana Patrícia Marques Santos

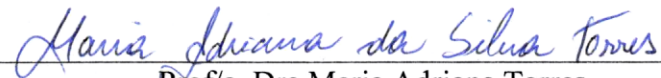
A pobreza e suas peculiaridades no espaço rural do Semiárido brasileiro

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – Campus Arapiraca, como requisito à conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais


Orientador/a: Prof/a. Dra Margarida Maria Silva Santos

BANCA EXAMINADORA


Prof/a. Ms. Adielma Lima


Prof/a. Dra Maria Adriana Torres

Prof/a. Dra Silvana Medeiros

Data da aprovação: 03 /06 /2014

ABSTRACT

This paper discusses the situation of the Brazilian semiarid region from the knowledge of the reality of the population, in order to understand the processes which over the years contributed to the creation of strategies for coexistence with the semiarid region. Besides knowing the techniques developed for this environment, the purpose of this work is to understand the problems of poverty especially in the rural areas of the semiarid region. Knowing the history and processes that contributed to the current reality of that territory is the basis of the study to understand how is the relation between man, nature and the social processes that underlie this region.

Keywords: Semiarid. Drought. Social Inequality. Poverty.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir a situação do Semiárido brasileiro a partir do conhecimento da realidade da população, visando entender os processos que ao longo dos anos contribuíram para a criação de estratégias de convivência com essa região. Além de conhecer as técnicas criadas para este ambiente, a finalidade desse trabalho é entender a problemática da pobreza principalmente no seu espaço rural. Conhecer a história e os processos que contribuíram para a atual realidade desse território é a base do estudo, visando entender como se dá a relação homem, natureza e os processos sociais que perpassam essa região.

Palavras-chave: Semiárido. Seca. Desigualdade social. Pobreza.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de leituras e pesquisas acerca da problemática da seca no Semiárido. Diante disso, tem por intuito ponderar a respeito das políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro no enfrentamento à seca, como também conhecer o uso político e desigual dos recursos públicos na solução dessa problemática.

O tema da pesquisa justifica-se pelo entendimento que a questão da pobreza é algo muito complexo e requer uma análise das peculiaridades que caracterizam essa situação, principalmente quando ela se encontra em um território ainda pouco estudado – a região semiárida brasileira. O interesse estudar esse espaço geográfico surge com o Ministério da Integração Nacional, o qual percebeu a necessidade de redelimitar a área de abrangência do Semiárido brasileiro, buscando outros critérios para essa nova delimitação.

Novas estratégias foram utilizadas para a inserção de um número maior de municípios no território, devido ao fato de o Ministério da Integração entender que apenas o índice pluviométrico seria insuficiente para a seleção. A partir de tal constatação é criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de criar a nova delimitação do Semiárido. Assim, em 10 de março de 2005 o Ministério da Integração Nacional assinou a Portaria que instituiu a nova delimitação do Semiárido.

Olhando por essa vertente surgem as seguintes questões: Como o Governo Federal vem tratando a questão da seca no semiárido brasileiro? Porque existe descaso governamental com o semiárido? É interesse político?

No que dispõe aos objetivos, temos como objetivo geral entender o porquê de a pobreza ser mais frequente na zona rural do semiárido, e por que a escassez da água não é o principal motivo da seca existente nessa região.

Fazer parte desse território denominado Semiárido traz para os municípios alguns benefícios, entre eles um bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), outros municípios que não fazem parte dessa delimitação possuem apenas 15%. Segundo a cartilha *Nova Delimitação do Semi-árido Brasileiro*, lançada em 2005, outro benefício para a população do semiárido é o crédito com juros de 1% ao ano destinado aos produtores rurais beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo prazo de pagamento de até 10 anos.

Apesar dos avanços conquistados, a região semiárida continua sendo um espaço

marcado por muitas contradições. Ao mesmo tempo em que essa região é a mais chuvosa do mundo, concentra a maior parte da população pobre do país que não possui renda ou sobrevive com os benefícios governamentais. De acordo com a Articulação no Semiárido Brasileiro (BRASIL, 2011a), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado baixo para aproximadamente 82% dos municípios que compõem o território em análise. Essa realidade se torna ainda mais grave na parte rural do semiárido, já que muitas famílias estão deixando suas terras em busca de melhores condições de moradia, renda, saúde e educação. Esse é um processo que reflete uma tendência no Brasil, causada principalmente pela elevada concentração de terras e água no território do Semiárido.

O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Para uma maior compreensão sobre o Semiárido é necessário primeiramente conhecê-lo. A partir da Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, o Semiárido ficou definido segundo o Ministério da Integração apud Silva (2006), como “região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia”. Conforme a nova delimitação do Semiárido ele abrange 1.133 municípios com uma área de 969.589,4 Km² correspondente a 90% da Região Nordeste (nos seguintes estados Piauí, Ceará, Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); e mais uma parte de Minas Gerais (SILVA, 2006).

Uma forte característica do Semiárido é a estiagem, que se apresenta com suas chuvas irregulares tanto em relação a quando irá chover novamente quanto em qual lugar. Existem muitos fatores que contribuem para o processo de estiagem como “a Zona de Convergência Inter Tropical, *el niño*, *la niña*, frentes frias do sul, a temperatura da água da porção do Oceano Atlântico que se encontra entre o Nordeste do Brasil e a África” (SHISTEK, 2013, p.34), entre outros fatores como a participação humana feita através de desmatamentos, plantios para gado e outras ações que acentuam a problemática da estiagem.

O Semiárido concentra 11,8% da população do Brasil e é um dos mais populosos e chuvosos do planeta. Outra característica deste ambiente é o baixo IDH de 85% dos municípios que o compõem, trazendo consequências negativas em relação à educação, expectativa de vida e renda. São milhões de pessoas vivendo sem alguns direitos humanos e

sociais, o que demonstra a grande problemática existente no semiárido, a concentração de 58% da população pobre do país. (BRASIL 2011a, p.01).

Na trajetória do convívio com o Semiárido, durante anos acreditou-se que as manifestações da *Questão Social* como o analfabetismo, desemprego ou falta de alimento tivessem como causa a vontade divina, ou no máximo seriam decorrentes de questões naturais, ou seja, havia uma naturalização da problemática existente. Diferentemente de décadas passadas, naturalmente a população consegue perceber que “estes problemas são causados pelas políticas que têm sido dirigidas ao Semiárido, e que aumentam a concentração de riquezas nas mãos de poucos” (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 49).

Os processos políticos que fizeram parte da história do Semiárido sempre estiveram voltados apenas para o combate à seca, através de ações que apareciam para a população como atos de bondade, mas essas ações tinham como principal finalidade manter o povo dependente e fortalecer a política de votos, e dessa forma:

Através de doações e políticas assistencialistas não voltadas para resolver os problemas do povo do Semiárido, foi mantida e favorecida a concentração da terra nos latifúndios, os grandes projetos do agronegócio e nas grandes fazendas de gado. Enquanto isso, muitos agricultores e agricultoras continuam trabalhando em terras alheias ou em minifúndios superexplorados, fragilizando sua segurança alimentar (ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO apud BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Outra ação marcante no Semiárido é a educação dada aos filhos dos agricultores, uma educação descontextualizada que passa a ideia de um Semiárido sem possibilidades, incentivando a saída da população para outros locais. Esse processo tem como resultado a origem de uma região marcada pelo analfabetismo e, principalmente, de pessoas sem estímulos para permanecer em seu território. Dessa forma, os agricultores são compelidos a desvalorizar sua cultura e sua terra. Independente se formal ou informal, a educação tem servido apenas para atender a política de “combate à seca”.

Outro fator que acentua a saída de milhares de pessoas principalmente da parte rural do Semiárido é o não acesso aos direitos fundamentais para a sua sobrevivência. Esse é um local onde o longo período seco, a irregularidade da chuva e o clima dividem espaço com outra situação muito presente: a concentração de terras e de renda. A população rural vem diminuindo consideravelmente em todo o país, reflexo dos problemas que perpassam não apenas as condições climáticas, mas principalmente as questões políticas e sociais.

A saída da população do Semiárido para outras regiões é causada, entre outros fatores, pela concentração da água nas mãos dos grandes proprietários de terra. Segundo a

Articulação no Semiárido Brasileiro (BRASIL, 2011a), muitas famílias não possuem acesso ao abastecimento de água, o que as leva a utilizar outras formas de acesso como poços e nascentes, que geralmente são distantes da moradia das famílias. Inicialmente pode-se pensar que essa situação é causada exclusivamente pelo clima da região, pela escassez de chuva em grande parte do ano, porém ao se fazer uma análise da situação percebe-se que muito mais grave que a questão climática é a questão política, que concentra a água nas terras de poucos proprietários. Assim como a concentração de terras, a concentração de água dificulta a permanência do agricultor no Semiárido.

A questão da água é tão relevante que sem a sua desconcentração não será possível superar a miséria tão presente no Semiárido, pois para que exista essa superação é necessário garantir o acesso à água de qualidade para as famílias. A situação é complexa e demonstra o impacto positivo dos programas federais destinados à população do Semiárido e das estratégias criadas pela própria população.

Para se conseguir um melhor convívio com o Semiárido, homens e mulheres passaram a criar estratégias de sobrevivência que vão desde compreender as características do clima, do solo e as condições geográficas da região até a habilidade de criar tecnologias que possibilitam aproveitar as riquezas da região. Mesmo com muitas tecnologias alternativas, grandes problemas vivenciados pela população do Semiárido não são resolvidos devido às questões políticas, um exemplo é o acesso à água:

[...] que em parte seria resultado do índice pluviométrico e da elevada taxa de evapotranspiração, é consequência, mais do que tudo, de uma política concentradora da água, através da qual uns poucos e privilegiados detêm a posse e uso de quase toda a água do semiárido, enquanto outros morrem de sede (BRASIL, 2011a, p.03).

Considerando a partir de um contexto mais amplo, a questão política não seria o único motivo, porém o mais relevante para o aumento da pobreza nessa região. Políticos utilizam a carência da população para conseguir votos e continuar no poder durante anos, manipulando e usando os recursos naturais e financeiros destinados à região. Para entender um pouco dessa situação de desigualdade é necessário conhecer a origem das questões políticas dentro do Semiárido.

É fato que as questões climáticas possuem grande relevância na vida da população, assim como a neve e as geadas nos países europeus; contudo tais países não se tornaram inviáveis para se viver e produzir. No Semiárido o que ocorria eram políticas voltadas para combater a seca e não para aprender a lidar com essa situação. Essa cultura

perdurou muitos anos, dificultando um pensamento diferente sobre a realidade do local. Foi necessário um processo de desmistificação que defendesse o Semiárido como um lugar de oportunidades e não apenas de seca e miséria. Em oposição ao pensamento pessimista sobre o Semiárido foi possível

[...] visualizar uma enorme diversidade sociocultural e ambiental, com grande criatividade e capacidade do povo para desenvolver estratégias de sobrevivência que convergem para assegurar sua permanência na região com boa qualidade de vida. Apesar da insuficiência e da ausência de políticas públicas inclusivas, famílias inteiras vem há décadas resistindo aos infortúnios naturais e convertendo as dificuldades em aprendizados de vida (PONTEL; CONTI, 2013).

Para se conseguir uma convivência com o Semiárido é necessário colocar o ser humano em primeiro lugar, através de processos de interação do homem com a natureza. A população precisa se conscientizar que o Semiárido produz o suficiente para a sobrevivência humana, mesmo com toda precariedade de água e alimento, entendendo que é necessário armazenar e utilizar os recursos de forma consciente. Grande parte da população desta região é vítima da fome e da má-nutrição, o que se agrava principalmente nos períodos de estiagem, o que poderia ser evitado com formas de armazenamento e com políticas públicas eficientes.

O SEMIÁRIDO E A SECA

A região do Semiárido brasileiro possui características bem críticas em relação ao clima e ao solo. O fenômeno da seca é considerado o mais relevante e ficou conhecido durante décadas como o responsável pela miséria da região. Os grandes períodos sem chuva destroem as atividades agrícolas e secam açudes e poços, deixando também a população sem água para o consumo. Nesses grandes períodos de estiagem, além da pouca chuva, a água muitas vezes não é armazenada.

Diante de tal situação, os agricultores, ao longo dos anos, foram criando suas próprias formas de armazenamento, através da observação do ciclo da chuva, analisando o clima e o comportamento de animais e plantas. A partir desse conhecimento algumas tecnologias sociais foram criadas pela população, o que contribuiu para o aproveitamento das potencialidades da região semiárida. São tecnologias simples que aproveitam as potencialidades da região, como as cisternas de placas, cisternas-calçadão, barragens subterrâneas, caldeirões ou tanques de pedra, entre outras formas de armazenamento da água (Ibid).

As tecnologias construídas pela população permitiram a grupos e organizações da sociedade civil a criação de novas iniciativas de experimentação de tecnologias, o que contribuiu para o surgimento de propostas junto a outras organizações e ao próprio governo. Ministérios passaram a se envolver com o tema, criando assim políticas que atendessem às necessidades básicas da população.

Um grande destaque para o incentivo à permanência do agricultor em sua terra é o *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais* (BRASIL p cit 2011a). Esse programa surge inicialmente apoiado pela Agência Nacional de Águas (ANA) ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MDA) e ao longo do tempo passou ser administrada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A instalação de cisternas foi de fundamental importância para o processo de convivência no Semiárido, pois

A incipiência de estruturas produtivas no semiárido, em especial de infraestruturas hídricas, faz com que mais de um milhão de unidades de produção familiar estejam susceptíveis às intempéries do tempo. Ampliar a oferta de água estocada para produção de alimentos é um passo imprescindível para debelar de vez os altíssimos índices de insegurança alimentar na região, gerar renda e ampliar a autonomia das famílias (Ibid, 2011)

As ações desenvolvidas com o intuito de assegurar permanência da população no Semiárido vêm sendo registradas em vários municípios que compõem o território e estão estimulando o surgimento de uma nova forma de pensar o Semiárido, como os programas que foram criados e trouxeram melhorias significativas para a vida da população. A partir dessas mudanças surgem iniciativas na produção de alimentos, modificações na criação de animais e outra forma de perceber a região, ou seja, o agricultor passou a ter orgulho da sua terra.

As iniciativas resultantes do *Programa Um milhão de Cisternas Rurais* visam tanto o aumento da produção quanto a garantia da segurança alimentar da população. A partir do início desse programa, os estados e municípios também passaram a se envolver nesse processo, o que facilita a participação da população. Com mais de 450 mil cisternas, a utilização dessas tecnologias sociais passou a contar com recursos no Orçamento Geral da União alocados no MDS por meio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) (Ibid, 2011).

Com todo apoio governamental, o programa citado foi essencialmente realizado pela própria comunidade

[...] com a aquisição de materiais e mão de obra na própria região, propiciando, também, geração de renda local. Há que se considerar ainda o importante aporte de

mão de obra familiar na construção da cisterna, na qual a família realiza o trabalho de escavação do buraco para a instalação da cisterna, além de servir de ajudante dos pedreiros contratados pelo Programa. A essas atividades desenvolvidas diretamente pelas famílias pode-se creditar a contrapartida economicamente mensurável de cerca de 10% do custo das cisternas (ASRKY, 2013, p.143).

A partir de 2003 aumenta a preocupação com o acesso à água, consolidando a concepção de que a água é fator relevante para a produção alimentar e para a segurança alimentar. Tal entendimento vai se dar a partir de Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (ARSKY, 2013, p.141). A preocupação com o acesso à água contribuiu para que a alimentação fizesse parte dos direitos individuais fundamentais, a partir da Emenda Constitucional nº 64/2010 e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que define como dever do Estado a promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente para as famílias em situação de insegurança hídrica (Lei nº 7.272/2010, art.3º).

A consolidação dos programas voltados para o acesso à água ocorre com o lançamento do *Plano Brasil sem Miséria*, mais especificamente com o *Programa Nacional Água para Todos*, confirmando o compromisso feito pelo Governo Federal com o acesso à água no Semiárido.

Depois da criação do *Programa Um Milhão de Cisternas*, surge outro importante programa destinado à população do Semiárido. A partir de 2007 a Articulação no Semiárido - ASA passa a executar o *Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Programa Uma Terra e Duas (P1+2)*, com apoio da Fundação Banco de Brasil (FBB) e Petrobrás. Assim como programas direcionados à água e à questão da seca, surge a necessidade de programas direcionados também à questão da terra, já que uma grande problemática do território é a concentração de terras. Esses programas mostram-se de grande importância, uma vez que,

Através do P1+2, prioriza-se a segurança e soberania alimentar a partir da produção agroecológica de alimentos, ancorada na construção de infraestruturas hídricas como cisternas - calçadão de 52 mil litros, barragens subterrâneas, tanques de pedra/caldeirões e bombas d'água popular (BRASIL, 2011ª).

Essas conquistas só foram possíveis a partir de parcerias, entre comunidades e organizações o que contribuiu para o aprimoramento das técnicas já utilizadas pela população. Compreender a convivência no Semiárido requer também perceber que o desenvolvimento da região se dá a partir da expansão das potencialidades da comunidade. Por isso, criar

estratégias para sobrevivência na região deve estar em consonância com as necessidades e possibilidades da sua população, com o intuito de que as pessoas possam interagir de forma favorável com as novas técnicas impostas ao território.

POBREZA E SEMIÁRIDO

O Semiárido é caracterizado pela existência de apenas duas estações: uma com chuva e outra sem chuva. O grande problema dessa região não é a falta de água, mas a dificuldade para ter acesso a ela (MALVEZZI, 2007). Essa região é marcada por injustiças sociais, pela pobreza e a miséria. Tem estiagens prolongadas por falta de chuva e acúmulo de água por poderosos que fazem desse problema um negócio. São fatos que contribuem com a “indústria da seca” e que, por vezes, favorecem pequenos grupos rurais (SILVA, 2003).

A seca foi e é usada como meio para angariar recursos, além de ser considerada a principal responsável pelas catástrofes e misérias que assolam a região semiárida, encobrindo dessa forma a concentração de riqueza, terra e poder existente, que, na verdade, são os principais causadores da pobreza na região.

É fundamental que não haja apenas a criação de programas emergenciais e de ações de combate à pobreza, mas políticas públicas constantes e adequadas, que deste modo possa acabar com os privilégios de concentração da terra, da água e do acesso aos serviços sociais básicos.

Conforme o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) uma das principais causas da pobreza no Brasil é a desigualdade da posse de terra, visto que terras agrícolas estão nas mãos de uma minoria. Ainda segundo a FIDA os pequenos agricultores são responsáveis por 84% do setor agrícola do país que emprega por volta de 75% da força de trabalho rural. A agricultura familiar no Brasil produz mais de 50% do fornecimento alimentar do país.

As famílias possuem pequenas propriedades rurais e além de fornecer a produção de alimentos elas também consomem aproximadamente metade da produção, complementam a renda com trabalhos artesanais e benefícios do Governo Federal. Essas famílias têm pouco acesso a água, a crédito, a capacitação e tecnologias. Principalmente no Semiárido nordestino, se tivessem acesso a esses benefícios, provavelmente a produção agrícola aumentaria.

Os grupos mais vulneráveis das áreas rurais são os indígenas, as mulheres e os

jovens. Aproximadamente 27% das famílias rurais são chefiadas por mulheres que muitas vezes são as únicas responsáveis pela lavoura e pela criação dos filhos.

Pensando nessa parcela mais vulnerável, o Governo brasileiro lançou o *Plano Brasil Sem Miséria*, que tem a pretensão de extirpar a pobreza extrema no país. Três pontos fundamentais desse plano de acordo com o FIDA são:

- Elevar a renda familiar e assegurar que os benefícios sociais cheguem a todos os domicílios que deles necessitam;
- Ampliar o acesso aos serviços públicos;
- Aumentar o acesso a oportunidades de emprego e geração de renda (BRASIL, 2011b, p.2).

Portanto, esse plano pretende gerar renda, oferecendo acesso aos meios de produção, assistência técnica, ajudar aos pequenos agricultores implantando preços fixos para os alimentos e aumentar o fluxo da assistência ao desenvolvimento para as áreas mais vulneráveis.

Além do *Plano Brasil Sem Miséria*, o governo federal juntamente com os estaduais está ampliando os serviços de assistência técnica para facilitar o acesso para a população da zona rural, elaborando deste modo políticas de caráter social para a redução da pobreza. O Governo Federal e os governos estaduais implementaram políticas de investimento social com ênfase nas seguintes áreas:

- Proporcionar redes de segurança para famílias pobres de todo o país, consistindo principalmente em programas de transferência de renda;
- Apoiar os agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que oferece crédito subsidiado, assistência a pequenas agroindústrias, seguro agrícola e apoio para infraestrutura rural, extensão e capacitação;
- Comprar alimentos dos pequenos agricultores através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;
- Promover o acesso à terra mediante continuação da reforma agrária;
- Desenvolver zonas semiáridas;
- Promover o crescimento do setor não agrícola, especialmente agroindústria, processamento e serviços;
- Assegurar a participação do setor privado e acesso das microempresas a mercados mais amplos;
- Investir em infraestrutura, especialmente eletrificação rural;
- Promover a proteção ambiental e o manejo sustentável do solo (BRASIL, 2011b, p.3).

Por meio da política de erradicação da extrema pobreza e de políticas de investimento social, o Governo Federal tenta reduzir a pobreza e aumentar a renda e a produtividade dos pequenos agricultores, como também assegurar o acesso à água, aos

programas e serviços. Além disso, estabelece uma relação sustentável entre o agricultor e o ambiente semiárido.

Essa relação produtiva entre homem e meio ambiente é necessária já que o homem é apenas o coadjuvante dessa história enquanto a natureza é a atriz principal. É importante que as atividades sejam apropriadas ao meio ambiente e não degradantes, pois, como afirma Silva, (2006, p.234), “a convivência é a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais, em atividades produtivas, apropriadas ao meio ambiente”. Dessa forma é imprescindível que se criem métodos que possam contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento do Semiárido.

Nessa perspectiva, é fundamental que os planos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal e estaduais melhorem as condições de vida e aumentem a renda dos trabalhadores rurais, com atividades que minimizem os efeitos negativos ao solo e que sejam adequadas às condições ambientais. As políticas desenvolvidas na região Semiárida sempre trabalharam com duas perspectivas: o combate à seca e a convivência na região, sendo que o combate à seca sempre foi o mais trabalhado, mas não era eficaz, uma vez que não era estimulado o convívio com as condições existentes nessas terras e a qualidade de vida de suas populações era precária.

SEMIÁRIDO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Entender o processo que perpassa a pobreza no Semiárido apresenta uma característica diferenciada já que existem políticas públicas destinadas exclusivamente para a população do espaço rural. Diante das necessidades específicas desse espaço, algumas políticas foram criadas pensando no solo, vegetação, clima e nas relações sociais características dessa região. Alguns programas foram destinados à comercialização de produtos da agricultura familiar, outros direcionados especificamente para o financiamento e proteção da produção, ações que possuem como prioridade o aumento e a melhora da produção, estratégias que visam como principal finalidade o incentivo à permanência do agricultor em seu espaço natural.

Um marco para iniciativas direcionadas ao agricultor foi a Constituição Federal de 1988, momento no qual surgem espaços voltados para a participação da população no monitoramento dos recursos destinados às políticas públicas. É necessário que a população seja capaz de elaborar e propor políticas públicas destinadas ao agricultor, porém participar da execução dessas políticas é a estratégia mais eficaz nesse processo. Outro fator importante na

execução e elaboração de programas é:

[...] a ação parceira, crítica e autônoma em relação ao Estado e aos parceiros. Isso significa refletir e tomar posições em relação aos processos e caminhos de parcerias quer sejam eles com o Estado, com empresas ou com organismos internacionais. De fato, se não caminhamos pela estrada da autonomia estaremos criando outros tipos de servilismo e de submissão, que são o oposto do que buscamos (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p.180).

A principal entidade responsável pela criação e execução de programas e projetos voltados para a agricultura familiar é o Ministério do Desenvolvimento Agrário. É a partir de estratégias federais que ações são consolidadas com a parceria entre estados e municípios. Dentro das políticas direcionadas ao agricultor familiar existem políticas setoriais que buscam atender as necessidades específicas de cada território. A Política Setorial do Leite é uma das políticas direcionadas para os grupos de agricultores que fazem parte da cadeia produtiva do leite, sendo dividida em quatro eixos:

[...] o produtivo, o industrial, o comercial e o associativo/cooperativo. Para sua implementação, conta com ações específicas para cada região nas áreas de crédito, seguro de renda, assistência técnica e extensão rural, capacitação e ações no mercado internacional. O financiamento da atividade se dá por meio das linhas do PRONAF, que podem ser acessadas pelos agricultores individualmente ou via cooperativa (BRASIL, 2014).

Outra importante política voltada para a agricultura familiar é a destinada à Alimentação Escolar. No ano de 2009, através da Lei nº 11.947/2009, a agricultura familiar passou a fornecer alimentos também para a rede de educação do ensino público. Essa iniciativa passou a contribuir tanto para o agricultor que pôde comercializar sua produção, como contribuiu na qualidade da alimentação oferecida nas instituições.

Nesse processo muitos grupos são envolvidos. Grupos formais e informais de agricultores, redes educacionais e as entidades executoras, que são as responsáveis pelo intercâmbio entre fornecedor e entidade beneficiária. Entre a produção do agricultor familiar e a entrega dos produtos nas escolas existe um processo burocrático a ser executado, que vai desde a formação de grupos interessados em fornecer os alimentos cultivados em suas propriedades, passa pela chamada pública realizada pelo município interessado, entrega de documentação do grupo e chega até o momento final que se dá após a assinatura de um contrato entre a prefeitura e o grupo vencedor da chamada pública (BRASIL, 2014).

Outro programa vai surgir em 2003, trata-se do *Programa de Aquisição de Alimento* (PAA), criado para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil e ao mesmo tempo

fortalecer a agricultura familiar. É um programa executado com recursos do MDA e pelo MDS, em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). É um programa acessado pelos agricultores familiares, destinado às redes socioassistenciais e incentiva o agricultor a produzir, pois:

Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal (BRASIL, 2014).

Assim como o *Programa de Aquisição de Alimentos*, o *Programa de Agroindústrias* tem como finalidade o aumento da produção e uma melhor qualidade nos alimentos oriundos da agricultura. Porém, apesar de seus interesses em comum com o PAA, o *Programa de Agroindústrias* é voltado para a inclusão de agricultores no processo de agroindustrialização da produção.

Um dos grandes objetivos desse programa é apoiar a implantação de mecanismos de capacitação dos agricultores em áreas como gestão, fabricação e elaboração de projetos. Buscando atingir novos mercados e uma maior produtividade, muitos agricultores passaram a formar grupos e dessa maneira participar do mercado com melhores condições de concorrência. Desenvolve-se a partir desses agrupamentos, o associativismo rural que

[...] com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado (BRASIL, 2014).

Essa formação de grupos traz como benefícios um processo participativo no qual seus membros passam a almejar novas metas e horizontes. O agrupamento de pequenos agricultores permite que equipamentos, insumos ou outros materiais sejam adquiridos com preços menores e melhores formas de pagamento, além de incentivar o uso coletivo desses equipamentos.

Uma importante política que irá transformar a forma como o agricultor e o espaço rural são vistos é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Essa política foi instituída no ano de 2003 e é resultado da parceria entre organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil. A PNATER

[...] foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais. O Pronater é o instrumento orientador do processo de implementação da Pnater e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de Ater no País. É coordenado pelo Dater e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas da SAF, nos Programas Estaduais de Ater e nas demandas da agricultura familiar (BRASIL, 2014).

A PNATER representa um grande avanço para a agricultura familiar, a partir dela o agricultor pode enxergar o espaço rural como um local repleto de riquezas e possibilidades. Cresce na população um sentimento de protagonismo de sua própria história. Aumenta nesse momento a participação da mulher e dos jovens nos programas sociais. Uma grande conquista com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foi a presença de técnicos nas propriedades rurais, contribuindo com o agricultor na melhoria da sua produção.

É criado, em 2008, o *Programa Mais Alimentos*, o qual tem como principal finalidade destinar recursos para melhorias na infraestrutura da propriedade rural, através da aquisição de equipamentos, máquinas, insumos ou qualquer material que possa contribuir com o aumento e melhoria na qualidade da produção. Esse programa contempla projetos relacionados a todas as áreas da agricultura familiar tanto em relação às culturas como em relação à agropecuária, pois:

O Mais Alimentos é uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir na modernização da produção, via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros (BRASIL, 2014).

Diferentemente das décadas passadas, o Semiárido e o espaço rural conseguiram muitos avanços. A intervenção de atores governamentais e não governamentais criou uma nova concepção para esses territórios. Sua população passou a ser vista como protagonista de sua própria história e a região semiárida deixou de ser encarada como local de miséria e seca. Um fator primordial para essa conquista foram as políticas direcionadas ao público rural, contribuindo assim para uma maior permanência do agricultor em seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considera-se que as tentativas de desenvolvimento do semiárido, de “convívio com a seca”, beneficiaram algumas pessoas, incluindo a elite

dominante, os grandes proprietários de terras, pessoas que tinham uma grande concentração de terra e água, deixando os outros numa situação de extrema pobreza e desgraça.

A seca foi transformada em um negócio, em um meio de ganhar dinheiro, foi considerada a vilã das calamidades e misérias que assolavam a população, mas na verdade, era utilizada para mascarar a concentração de riqueza, terra e poder existente na região, que era na verdade a principal causa de todas as mazelas sofridas pelos habitantes rurais. Além disso, tinha a exploração do trabalho dos agricultores, o desvio e a má utilização das verbas públicas, como também o abandono das terras estagnadas.

Dessa forma, é importante que as políticas públicas voltadas para o Semiárido sejam realmente eficazes, para assim, reverter o acúmulo de terras em poder de uma minoria, modificando os padrões de produção, respeitando o meio ambiente, o bioma da região árida. É indispensável que as pessoas sejam conscientizadas das práticas sustentáveis existentes, como a captação das águas da chuva, é essencial aprender a conviver em grupo, para que suas atividades sejam desenvolvidas por meio da cooperação ou associação, gerando uma alternativa para ganhar espaço no mercado agrícola.

O processo de tomada de consciência por parte da população rural sobre o grande potencial que existe na agricultura familiar vem crescendo ao longo dos anos o que contribui para uma maior permanência do agricultor no espaço rural. Assim como o *Programa Um Milhão de Cisternas*, todas as políticas destinadas ao campo ou especificamente ao Semiárido mudaram a percepção antiga de que o espaço rural é ultrapassado ou não possui possibilidades. Ficou para trás o estigma da seca e da fome em muitos lugares do país. É necessário perceber que

[...] para desenvolver o Semiárido é indispensável uma visão holística, que olhe o todo e todas as suas interrelações. Por isso, a convivência e o desenvolvimento se baseiam em algumas posturas básicas como aprender a querer bem a esta região em seu todo, de sorte a fazer crescer os seus valores, as belezas, sua vida e desconstruir ou inverter as políticas malfazejas que sempre fizeram e ainda fazem do semiárido um lugar de morte (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p.65).

É preciso compreender que todo o processo de mudança na mentalidade da população sobre as possibilidades de convivência com o Semiárido levou anos para se consolidar e esse avanço se deu não apenas através de leis ou programas, mas a partir da vida dos agricultores e suas estratégias de convívio com o Semiárido. O processo diário de lutas, conquistas e avanços no Semiárido,

Iluminado pela convivência, o desenvolvimento do Semiárido passa por premissas tais como: o compromisso com as necessidades e potencialidades da população local; a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; a recuperação das áreas degradadas; a quebra do monopólio da terra e da água; a valorização do patrimônio cultural, étnico, material e simbólico do semiárido; o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e estratégica do desenvolvimento e o reconhecimento do meio rural como território de produção e reprodução da vida; a valorização das tradições e conhecimentos das comunidades; e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do semiárido com seu patrimônio, colocando sua população como coautora das políticas e não como sua simples beneficiária (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p.66).

É necessário que políticas e população sejam capazes de contribuir com o desenvolvimento de um espaço repleto de riquezas, tanto naturais quanto humanas. Conviver com o Semiárido é ser capaz de identificar possibilidades de avanços em locais secos, com pessoas humildes, mas acima de tudo é deixar para trás a visão negativa que já perseguiu esse território. É uma economia desenvolvida e estável para a região, uma população organizada e políticas direcionadas para suas peculiaridades, o que se espera para o futuro do Semiárido. O caminho para a convivência com o Semiárido é longo e precisa que as políticas sejam universalizadas gerando uma vida mais digna para sua população.

REFERÊNCIAS

ARSKY, Igor da Costa; SANTANA, Vitor Leal; PEREIRA, Clara Marinho. **Acesso à água no Semiárido: a água para o consumo humano**. In: Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília-DF, Brasil - 2013. Disponível em: www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual. Acesso em: 28 abr. 2014.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. **Caracterização do Semiárido Brasileiro**. In: Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília-DF, Brasil - 2013. Disponível em: www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual. Acesso em: 28 abr. 2014.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. **Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido**. In: Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília-DF, Brasil - 2013. Disponível em: www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual. Acesso em: 28 abr. 2014.

BRASIL. ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO - ASA. **O Lugar da Convivência na Erradicação da Extrema Pobreza**. 2011a. Disponível em:

http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_CLIPPING=1125&WORDKEY=O%20Lugar%20da%20Conviv%EAncia%20na%20Erradica%E7%E3o%20da%20Extrema%20Pobreza Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. **Cartilha nova delimitação do semiárido brasileiro.** Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeyUUAG/nova-delimitacao-semi-arido-brasileiro#> Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA. **Habilitando os pobres rurais a superar a pobreza no Brasil.** Disponível em: http://www.ifad.org/operations/projects/regions/PL/factsheet/brazil_p.pdf Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 22 de mai.2014.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 22 de mai. 2014.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido:** uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

PONTEL, Evandro; CONTI, Irio Luiz; **Transição Paradigmática na convivência com o semiárido.** In: *Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social.* Brasília-DF, Brasil – 2013

SCHISTEK, Haroldo. **O Semiárido Brasileiro:** uma região mal compreendida In: *Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social.* Brasília-DF, Brasil - 2013. Disponível em: www.redesan.ufrgs.br/biblioteca-virtual. Acesso em: 28 abr. 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2006, 298p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2309/1/2006_Roberto%20Marinho%20Alves%20da%20Silva.pdf Acesso em: 04 mai. 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois Paradigmas:** Combate a seca e convivência com o Semi-Árido. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf> Acesso em: 04 de mai. 2014.